

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 108.401 - RS (2019/0043556-1)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
RECORRENTE : LEONARDO KONISHI (PRESO)
ADVOGADO : ÉDER TEIXEIRA CHAMORRA - RS057269
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

EMENTA

RECURSO HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. ART. 312 DO CPP. *PERICULUM LIBERTATIS*. MOTIVAÇÃO INIDÔNEA. RECURSO PROVIDO.

1. A prisão preventiva possui natureza excepcional, sempre sujeita a reavaliação, de modo que a decisão judicial que a impõe ou a mantém, para compatibilizar-se com a presunção de não culpabilidade e com o Estado Democrático de Direito – o qual se ocupa de proteger tanto a liberdade individual quanto a segurança e a paz públicas –, deve ser suficientemente motivada, com indicação concreta das razões fáticas e jurídicas que justificam a cautela, nos termos dos arts. 312, 313 e 282, I e II, do Código de Processo Penal.

2. Foram apreendidos, em poder do recorrente, 15 g de maconha e R\$ 70,00 em espécie. A cautela extrema foi fundada na presunção de que ele estaria ligado a outras pessoas que, dias antes, guardavam cerca de 26 kg de maconha no local para onde o ora investigado se dirigiu, na tentativa de fugir da autoridade policial.

3. Todavia, o voto divergente do acórdão recorrido destacou que o agente não é réu na ação penal relacionada a tais fatos, além de ser primário e portar bons antecedentes e de inexistirem "informações pretéritas de seu envolvimento com a prática delitiva".

4. Pela análise de tais dados, conclui-se não estar justificada a imposição da custódia provisória do acusado, sobretudo porque a quantidade de droga efetivamente localizada em seu poder não é elemento bastante para, de modo isolado, demonstrar acentuada reprovabilidade na conduta perpetrada.

5. Recurso provido para tornar sem efeito a decisão que decretou a prisão preventiva, ressalvada a possibilidade de nova decretação da custódia cautelar caso efetivamente demonstrada a sua necessidade, sem prejuízo de fixação de medida cautelar alternativa, nos termos do art. 319 do CPP.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma, por unanimidade, dar provimento ao recurso ordinário, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Nefi Cordeiro, Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz e Sebastião Reis Júnior votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 28 de março de 2019

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

